

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2024.



# RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	56.676.486	46.908.103
Custo dos serviços prestados	19	(32.183.004)	(31.463.862)
Lucro bruto		24.493.482	15.444.241
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	20	(167.485)	(98.500)
Despesas administrativas e tributárias	21	42.863	(1.502.573)
Despesa com perda de crédito esperada		(159.258)	(1.184.158)
Depreciação e amortização		(4.284.974)	(4.211.406)
Outras receitas operacionais		2.961.284	1.826.167
		(1.607.570)	(5.170.469)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		22.885.912	10.273.772
Resultado financeiro, líquido	22	1.113.719	664.273
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		23.999.631	10.938.045
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(8.000.759)	(3.229.149)
Lucro líquido do exercício		15.998.871	7.708.896
Quantidade de ações		2.130.336	2.130.336
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação		7,51	3,62

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em Reais)

---

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	<u>15.998.871</u>	<u>7.708.896</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>15.998.871</u></u>	<u><u>7.708.896</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Dividendos propostos adicionais		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.716.491	14.907.755	35.313	335.477	-	25.995.036
Redução de capital, conforme ata AGE de 17/01/2022	(6.600.000)	-	-	-	-	(6.600.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.708.896	7.708.896
Constituição da reserva legal	-	-	385.446	-	(385.446)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(335.477)	(3.661.725)	(3.997.202)
Dividendos propostos adicionais	-	-	-	3.661.725,00	(3.661.725)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.116.491	14.907.755	420.759	3.661.725	-	23.106.730
Redução de capital, conforme ata AGE de 17/01/2022	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.998.871	15.998.871
Constituição da reserva legal	-	-	402.540	-	(402.540)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(7.798.165)	(7.798.165)
Dividendos propostos adicionais	-	-	-	(3.661.725)	(7.798.166)	(11.459.891)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.116.491	14.907.755	823.299	-	-	19.847.545

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.998.871	7.708.896
Ajustes para Reconciliar o Lucro ou Prejuízo ao Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
(Reversão)/Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	159.258	1.137.500
(Reversão)/Constituição de provisão para contingências trabalhistas	(492.702)	179.913
Depreciação e amortização	4.284.974	4.211.406
Ajuste de Imobilizado e Intangível Final Concessão 08/25	(1.446.868)	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social	8.000.759	3.229.149
Atualização monetária de tributos a recuperar	-	(27.683)
	26.504.292	16.439.180
(Aumento)/Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(292.937)	(695.473)
Impostos a recuperar	398.011	(643.559)
Estoques	-	238.847
Outros ativos	232.805	(161.222)
Outras contas a receber partes relacionadas	(48.000)	(31.608)
Depósitos judiciais	4.540	854.084
	294.419	(438.931)
(Aumento)/Redução nos passivos operacionais		
Fornecedores	(189.173)	(1.119.608)
Obrigações tributárias	(65.559)	106.259
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	61.845	(292.369)
Outros passivos	(882.691)	879.230
Repasses a pagar	145.110	(46.969)
Dividendos a pagar	(4.332.679)	335.477
Contingências	(204.916)	484.488
	(5.468.064)	346.508
Impostos pagos sobre o lucro	(7.293.891)	(3.431.100)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	14.036.756	12.915.657
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado e intangível	(817.323)	73.688
Fluxo de caixa gerado (consumido) utilizado nas atividades de investimentos	(817.323)	73.688
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Dividendos pagos	(22.921.110)	(335.476)
Redução de Capital Social	-	(6.600.000)
Fluxo de caixa consumido proveniente das atividades de financiamentos	(22.921.110)	(6.935.476)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.701.677)	6.053.869
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.502.958	9.449.089
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.801.281	15.502.958
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.701.677)	6.053.869

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. (“Companhia” e/ou “Rodoviária do Rio”) é uma sociedade de capital fechado com sede à Avenida Francisco Bicalho, nº 1, Santo Cristo, na cidade e estado do Rio de Janeiro (Terminal Rodoviário Novo Rio) e filiais: (i) na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Feliciano Sodré, s/nº, Centro (Terminal Roberto Silveira); (ii) na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rodrigues Alves, 853, Santo Cristo (Edifício Garagem anexo ao Terminal Rodoviário Novo Rio).

A Companhia tem como objeto social o propósito específico do contrato de concessão de serviços públicos de administração, operação, manutenção, conservação e exploração comercial do Terminal Rodoviário Novo Rio e o respectivo edifício-garagem anexo, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, e do Terminal Rodoviário Roberto Silveira e seus anexos, na cidade de Niterói, RJ, mantido com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. A concessão será pelo prazo de 30 anos a partir do término das obras de reforma e ampliação dos terminais Novo Rio e Roberto Silveira. Cabe ressaltar que possíveis ajustes referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser discutidos com o Poder Concedente podendo acarretar prorrogação no prazo final da concessão.

Nos termos do contrato de concessão a Companhia deve pagar mensalmente a CODERTE o seguinte:

- 5 (cinco) taxas de embarque de terminal por partida;
- 10% (dez por cento) da receita de arrecadação do estacionamento de veículos;
- 10% (dez por cento) do valor dos aluguéis das lojas e quichês; e
- 25% (vinte e cinco por cento) da receita da arrecadação das taxas de acompanhante.

Em 31 de agosto de 2015, foi assinado pelo Consórcio Novo Rio (CNR), pelo Estado do Rio de Janeiro (SETRANS) e pela Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro (CODERTE) o quarto termo aditivo ao contrato de concessão onerosa para exploração do Terminal Rodoviário Novo Rio e seus anexos e do Terminal Rodoviário Roberto Silveira e seus anexos. O presente termo aditivo teve como objetivo substituir o CNR, como concessionário, pela Rodoviária do Rio de Janeiro S.A., transferindo e cedendo a responsabilidade do Contrato de Concessão assinado pelas partes em 30 de agosto de 1990. Dessa forma, o Consórcio Novo Rio cedeu e transferiu para a Rodoviária do Rio de Janeiro S.A., com a devida autorização do Estado do Rio de Janeiro e da CODERTE, todos os direitos e todas as obrigações do contrato de concessão, passando a Rodoviária do Rio de Janeiro S.A., a partir de 1º de outubro de 2015, a ser responsável pelo cumprimento da concessão onerosa, pela exploração, pela operação e pela administração, com exclusividade, do Terminal Rodoviário Novo Rio e seus anexos e do Terminal Rodoviário Roberto Silveira e seus anexos.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### i) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e aos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia aprovou, em 04 de abril de 2024 a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

### ii) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida pela norma.

### iii) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

## 3. Políticas contábeis materiais

### Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui saldo de caixa, de depósitos bancários, bem como aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, conversíveis em um montante conhecido e sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo. Os rendimentos auferidos sobre essas aplicações financeiras, até a data de encerramento do balanço, são acrescidos aos valores de custo e estão de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem ao seu valor de mercado ou de realização.

### 3.2. Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela locação de lojas e prestação de serviços no curso normal das atividades, demonstrados a valores presente e de realização. A provisão com perdas de créditos de clientes é calculada com base em análise de risco e nível dos créditos, sendo suficiente para cobrir perdas sobre os valores a receber.

### 3.3. Instrumentos financeiros

#### i) Ativos financeiros não derivativos

##### Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente e (iii) valor justo por meio do resultado. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 são classificados da seguinte forma:

#### Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no de reconhecimento. Estão classificados nessa categoria os seguintes instrumentos financeiros: contas a receber de clientes, outras contas a receber com partes relacionadas, fornecedores e repasses a pagar.

#### Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mantidos pela Companhia que não são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. São classificados nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

#### ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

#### iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos, pois não possui exposição a riscos de câmbio em função das características das suas operações.

### 3.4. Imobilizado

#### i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui o custo de empréstimos capitalizados, quando aplicável, deduzidos de depreciação e amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando ocorridos.

Os custos de certos itens do imobilizado reconhecidos em 16 de novembro de 2015 por meio de capitalização foram determinados com base em seu valor justo naquela data (vide Nota Explicativa nº 10).

#### ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

#### iii) Depreciação e amortização

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As taxas levam em consideração o tempo de vida útil dos bens, e para os itens das Benfeitorias em imóveis de terceiros a Companhia amortiza pelo prazo do Contrato de Concessão, conforme Nota Explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

### 3.5. Intangível

O intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis referem-se ao sistema utilizado pela Companhia para aprimorar o controle, a produtividade e a eficiência dos departamentos. A amortização é calculada pelo método linear, as taxas que levam em consideração o tempo de vida útil dos bens, conforme nota explicativa nº 10.

### 3.6. Redução ao valor recuperável de ativos (financeiros e não financeiros)

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos seus ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são registradas no resultado do exercício quando identificadas.

Em 31 de dezembro de 2023, a administração avaliou que não havia indicativos de *impairment* nos ativos não financeiros, tendo em vista que a Companhia possui lucros recorrentes ao longo dos últimos anos. Para os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, não havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2023. As perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber foram reconhecidas no resultado, em contrapartida da provisão para perdas de crédito esperadas (apresentada no ativo circulante).

### 3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e fundamentadas por opinião de assessores legais.

### 3.8. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, como base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas referidas demonstrações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as quando aplicável. Para mais detalhes sobre as principais estimativas contábeis, relacionadas a provisão para perdas com crédito esperadas, a vida-útil de ativos e provisão para contingências veja respectivamente as notas explicativas nº 5, 10 e 24.

### 3.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 3.10. Imposto de renda e contribuição social

Nos anos de 2023 e 2022, o regime de tributação utilizado pela Companhia foi o "Lucro Real". De acordo com a legislação vigente, o valor do imposto de renda é apurado com base nos seguintes critérios: alíquota de 15% dos lucros tributáveis, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é apurada pela alíquota de 9% dos lucros tributáveis, reconhecidos pelo regime de competência.

- Imposto de renda - alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%;
- Contribuição social - alíquota de 9%.

Essas despesas são reconhecidas no resultado do exercício.

### 3.11. Receita de contrato com cliente

A receita operacional é reconhecida pelo montante que reflita a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens e/ou serviços. É mensurada a valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, eventualmente conclui que atua como principal em todos os seus contratos de receita, porque normalmente controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com a provisão para perdas de crédito esperadas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis.

Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

### 3.12. Novas normas e interpretações

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado.

c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo;

d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024
- e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:
  - a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

- b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos das novas normas e alterações listadas acima e entende que sua adoção não provocará impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	120.822	141.481
Bancos	121.593	5.880.440
Fundo de investimentos em cotas (a)	5.048.655	7.726.536
Outras aplicações financeiras (b)	510.211	1.754.501
	<u>5.801.281</u>	<u>15.502.958</u>

(a) Remunerado por taxas que variam entre 0,6373% e 0,8109% ao mês;

(b) Depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos bancários, e às aplicações financeiras, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	Vencimento	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Taxa de embarque em terminais	Até 30 dias	23.956	-
Locações comerciais	Até 30 dias	3.499.632	3.227.194
Outros créditos de clientes a receber	Até 30 dias	13.470	16.926
Provisão para perdas de crédito esperadas	Após 30 dias	(414.226)	(254.967)
Total ativo circulante		<u>3.122.832</u>	<u>2.989.153</u>

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As perdas estimadas são calculadas com base na análise do *aging list*, provisionando os itens vencidos acima de 30 dias e outros itens a vencer para os quais exista perda esperada pela administração. Devido as características das contas a receber da Companhia, considerando também as perdas dos recebíveis a vencer e avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir as eventuais perdas na realização daqueles ativos, sendo reconhecida a provisão no resultado.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas pode ser assim apresentada:

Provisão para perdas de crédito esperadas	
Em 31 de dezembro de 2021	(75.054)
Constituição	(179.913)
Reversão	-
Em 31 de dezembro de 2022	(254.967)
Constituição	(159.258)
Em 31 de dezembro de 2023	(414.226)

6. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
PER - Rest. de Tributo IRPJ 2020	-	677.112
PER - Rest. de Tributo CSLL 2020	-	255.379
PER - Rest. de Tributos 2022	316.304	-
PIS a recuperar	162.108	-
COFINS a recuperar	746.677	125.348
	222.288	565.260
	<u>1.225.087</u>	<u>1.623.099</u>

Em 2021, os valores de IRPJ e CSLL, relativos a 2020, foram reclassificados para saldos negativos onde foram atualizados pela taxa Selic mensal. Em 06 de setembro de 2021, a Rodoviária do Rio formalizou junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil o pedido de restituição destes montantes.

Assim como em 2022, alguns valores mediante à PIS e COFINS não foram utilizados para compensação dos tributos mensais porque estão sendo analisados pela Companhia se podem ser utilizados no abatimento do recolhimento de tributos. Tratam-se dos créditos referentes aos prestadores CODERTE e FUNDERJ.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

7. Outras contas a receber

a) Transações e saldos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo não circulante		
SOCICAM - SIP (i)	1.062.698	1.014.698
Outras partes relacionadas	-	-
	<u>1.062.698</u>	<u>1.014.698</u>

(i) Refere-se, principalmente, aos direitos a receber pela transferência dos funcionários em decorrência do contrato de concessão do Consórcio Novo Rio ter sido transferido para a Rodoviária do Rio de Janeiro S.A., não havendo prazo para sua liquidação.

8. Depósitos judiciais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas e cíveis	203.284	207.824
	<u>203.284</u>	<u>207.824</u>

9. Partes relacionadas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
RODERJ	547.281	-
SOCICAM	2.842.069	-
ASCOTRAN	273.704	-
	<u>3.663.054</u>	<u>-</u>

Refere-se a antecipações financeiras com empresas ligadas, sem correção de juros e sem data prevista para liquidação.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	Taxas anuais (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido 2023	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido 2022
Máquinas e equipamentos	10	1.640.739	(1.269.277)	371.462	1.349.149	(945.978)	403.171
Computadores e periféricos	20	414.363	(406.381)	7.983	410.673	(391.476)	19.197
Móveis e utensílios	10	263.587	(190.708)	72.880	242.346	(139.749)	102.597
Benfeitorias em propriedades de terceiros	23,5 a 27,2	41.875.338	(32.900.763)	8.974.574	41.314.160	(30.408.251)	10.905.909
Veículos	20	11.731	(11.731)	-	11.731	(11.731)	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	36.000	-	36.000
		<u>44.205.758</u>	<u>(34.778.860)</u>	<u>9.426.899</u>	<u>43.364.059</u>	<u>(31.897.185)</u>	<u>11.466.874</u>

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	Veículos	Imobilizado em Andamento	Total
Em 31 de Dezembro de 2021	1.320.840	240.519	409.807	40.919.181	11.731	358.480	43.260.558
Adições	28.309	1.827	866	394.979	-	36.000	380.679
Transferências	-	-	-	-	-	(358.480)	-
Em 31 de Dezembro de 2022	1.349.149	242.346	410.673	41.314.160	11.731	36.000	43.364.059
Adições	291.590	21.241	3.690	561.178	-	-	877.699
Transferências	-	-	-	-	-	(36.000)	(36.000)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>1.640.739</u>	<u>263.587</u>	<u>414.363</u>	<u>41.875.338</u>	<u>11.731</u>	<u>-</u>	<u>44.205.758</u>

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar o *impairment* dos bens com a vida útil definida, em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Taxas anuais (%)	2023		2022		Valor líquido 2022	
		Custo	Amortização acumulada	Custo	Amortização acumulada		
Software	20	1.821.568	(1.707.209)	114.359	1.802.067	(1.684.146)	117.921
Direito de uso	20	683.054	(633.709)	49.344	683.054	(656.464)	26.590
		<u>2.504.622</u>	<u>(2.340.918)</u>	<u>163.703</u>	<u>2.485.121</u>	<u>(2.340.610)</u>	<u>144.511</u>

	Softwares	Direito de Uso	Software em Andamento	Total
<b>Custo</b>				
Em 31 de Dezembro de 2021	1.801.321	683.054	-	2.484.375
Adições	746	-	-	746
Em 31 de Dezembro de 2022	1.802.067	683.054	-	2.485.121
Adições	19.501	-	-	19.501
Em 31 de dezembro de 2023	1.821.568	683.054	-	2.504.622
<b>Amortização Acumulada</b>				
Em 31 de Dezembro de 2021	(1.578.339)	(647.732)	-	(2.226.071)
Adições	(105.807)	(8.732)	-	(114.539)
Em 31 de Dezembro de 2022	(1.684.146)	(656.464)	-	(2.340.610)
Adições	(23.060)	22.755	-	(308)
Em 31 de dezembro de 2023	(1.707.209)	(633.709)	-	(2.340.918)
<b>Valor Contábil Líquido</b>				
Em 31 de Dezembro de 2021	222.982	35.322	-	258.304
Em 31 de Dezembro de 2022	117.921	26.590	-	144.511
Em 31 de dezembro de 2023	114.359	49.344	-	163.703

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar o *impairment* dos bens com a vida útil definida, em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

12. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrado na rubrica "Fornecedores" o montante total de R\$ 442.788 (R\$ 631.961 em 31 de dezembro de 2022), esse saldo está relacionado principalmente aos serviços contratados e fornecimento de materiais.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Repasses a pagar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Rio/CODERTE (i)	1.000.258	859.839
Niterói/CODERTE - FUNDERJ (i)	37.664	32.973
	<u>1.037.922</u>	<u>892.812</u>

(i) Todo dia 10 de cada mês é paga a outorga, podendo ser antecipado o pagamento no caso de feriados ou finais de semana.

14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e ordenados	271.703	254.693
FGTS	49.842	46.919
INSS	146.699	165.609
IRRF	64.585	57.769
Provisão de férias e encargos	694.383	671.617
Outras obrigações	75.347	44.107
	<u>1.302.559</u>	<u>1.240.714</u>

15. Imposto de renda e contribuição social correntes e demais obrigações tributárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ISSQN	235.837	214.723
PIS	79.836	87.441
COFINS	368.530	403.766
Outros tributos	65.445	109.277
	<u>749.648</u>	<u>815.207</u>
IRPJ	630.530	117.667
CSLL	237.085	43.080
	<u>867.615</u>	<u>160.747</u>
	<u>1.617.263</u>	<u>975.954</u>

16. Outros Passivos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Reembolso despesas viagens	-	10.550
Recebimentos antecipados	4.549	904.546
Empréstimos e financiamentos	24.429	-
Reembolso a pagar SAP	3.427	-
	<u>32.405</u>	<u>915.096</u>

## 17. Patrimônio Líquido

### 17.1. Capital social

Em 17 de janeiro de 2022, foi registrado a Ata da assembleia geral extraordinária sobre a alteração contratual, onde houve deliberação da redução de Capital Social na forma permitida pelo artigo 173 da Lei nº 6.404/76, haja vista que o mesmo se tornou excessivo para cumprimento do objeto social da Companhia, a restituição às acionistas fora em moeda corrente do País, do valor de R\$ 6.600.000, razão pelo qual o capital social reduziu para R\$ 4.116.491.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia no final do exercício é de R\$4.116.491, representado por 2.023.819 ações ordinárias e 106.517 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações		Valor das ações	Participação no capital social
	ON	PN		
RODERJ	923.074	-	923.074	43,33%
SOCICAM	639.101	106.517	745.618	35,00%
ASCOTRAN	461.644	-	461.644	21,67%
Total	2.023.819	106.517	2.130.336	100,00%

### 17.2. Reservas de capital

#### a) Ágio na subscrição de ações preferenciais

Ágio na subscrição de ações preferenciais nominativas, pelo acionista SOCICAM Administração, Projetos e Representações Ltda. (SAP), representado por bens oriundos do acervo patrimonial, da SOCICAM Terminais Rodoviários e Representações Ltda., no valor de R\$14.907.755, conforme laudo de avaliação datado de 10 de novembro de 2015.

### 17.3. Reserva de lucros

#### a) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.4. Destinação do resultado do exercício

	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	15.998.871
Reserva legal (5%) - constituição (vide nota explicativa 17.3)	402.540
Resultado do exercício a ser destinado:	<u>15.596.331</u>
Dividendos mínimos propostos, (50%) - (i)	<u>7.798.165</u>
Dividendos adicionais propostos (50%) - (i)	<u>7.798.166</u>
Total	<u><u>15.596.331</u></u>

(i) Considerando que o estatuto social da Companhia é omissivo, os dividendos acima propostos são o mínimo determinado pelo inciso I do Art. 202 da Lei nº 6.404/76.

18. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta		
Serviços prestados	50.959.612	40.560.005
Comerciais / locações	14.322.665	13.131.030
Outras receitas	-	173.393
	<u>65.282.277</u>	<u>53.864.428</u>
Deduções da receita bruta		
PIS	(1.090.406)	(885.679)
COFINS	(5.022.474)	(4.079.491)
ISS	(2.492.911)	(1.991.155)
	<u>(8.605.791)</u>	<u>(6.956.325)</u>
	<u><u>56.676.486</u></u>	<u><u>46.908.103</u></u>

19. Custos dos serviços prestados

	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com pessoal	(8.285.614)	(11.171.330)
Serviços públicos	(5.386.560)	(4.477.933)
Serviços com pessoa jurídica	(1.387.519)	(1.333.777)
Outorgas pagas	(10.373.688)	(8.443.522)
Outros custos	(6.749.623)	(6.037.300)
	<u>(32.183.004)</u>	<u>(31.463.862)</u>

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas com pessoal

	31/12/2023	31/12/2022
Outras despesas	(167.485)	(98.500)
	<u>(167.485)</u>	<u>(98.500)</u>

21. Despesas administrativas e tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
Comunicação	(54.237)	(5.809)
Deslocamentos	(55.175)	(70.631)
Aluguel	(46.557)	(48.536)
Custas e indenizações judiciais	492.702	(1.137.500)
Outras Despesas	(293.870)	(240.097)
	<u>42.863</u>	<u>(1.502.573)</u>

22. Resultado financeiro líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeira		
Rendimento sobre aplicação financeira	1.258.861	575.539
Juros recebidos	58.720	77.307
Descontos obtidos	1.347	5.023
Atualização Selic	63.790	27.683
Outros rendimentos	24.343	86.224
	<u>1.407.061</u>	<u>771.776</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas	(93.578)	(45.027)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(3.899)	(4.447)
Tarifas bancárias	(40.031)	(48.124)
Variações monetárias passivas	(36.438)	-
Descontos Concedidos	(119.396)	(9.905)
	<u>(293.342)</u>	<u>(107.503)</u>
	<u>1.113.719</u>	<u>664.273</u>

23. Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia optou pelo regime de tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro real. A reconciliação entre as despesas de imposto de renda - pessoa jurídica (IRPJ) e de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) pelas alíquotas nominal e efetiva está assim demonstrada:

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	23.999.631	10.938.045
Alíquota nominal (34%) - IRPJ e CSLL	8.159.875	3.718.935
Adições:		
Amortização benfeitorias imóveis de terceiros a valor justo	-	1.139.601
Provisão para perdas de crédito esperada	384.261	1.280.401
Outras despesas não dedutíveis	-	74.700
Contingências cíveis	127.238	-
Contingências trabalhistas	-	1.137.500
Demais adições	3.062	4.933
	<u>514.561</u>	<u>3.637.135</u>
Exclusões:		
Receitas decorrentes de AVP	(24.343)	-
Reversão de Contingências trabalhistas	(619.941)	-
Recuperação das perdas de crédito esperada	(225.003)	(1.100.488)
Arrendamento Mercantil IFRS 16	(42.672)	-
	<u>(911.959)</u>	<u>(1.100.488)</u>
Lucro/(Prejuízo) contábil ajustado (*)	<u>23.602.233</u>	<u>9.568.085</u>
Total do imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(8.000.759)</u>	<u>(3.229.149)</u>
Alíquota efetiva (%) - IRPJ e CSLL	<u>33,9%</u>	<u>29,5%</u>

24. Instrumentos financeiros

	Classificação atual de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor Contábil	
		31/12/2023	31/12/2022
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa (nível 1)	Valor justo por meio de resultado	5.801.281	15.502.958
Contas a receber	Custo amortizado	3.122.832	2.989.153
Outras contas a receber com partes relacionadas em longo prazo	Custo amortizado	1.062.698	1.014.698
		<u>4.185.530</u>	<u>4.003.851</u>

### Passivos Financeiros

Fornecedores	Custo amortizado	442.788	631.961
Repasses a pagar	Custo amortizado	1.037.922	892.812

### Mensuração do valor justo-níveis de hierarquia

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que observáveis para o ativo ou passivo, direta (preço) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para ativo ou passivo, que não baseado em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa não diferem significativamente de seus valores contábeis.

### Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela área Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A área Financeira da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

#### a) Risco de mercado

##### i) Risco cambial

A Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a moedas estrangeiras, como, por exemplo, o Dólar norte-americano (USD).

ii) Risco de taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A Companhia não incorre em risco com taxas de juros visto que seus financiamentos são contratados com taxas prefixadas.

iii) Risco de crédito

É o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é, principalmente, proveniente das contas a receber de locação. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

iv) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área Financeira que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela área Financeira, que investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

## 25. Provisão para contingências

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos. As principais informações desses processos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim representadas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Contingências classificadas como perda provável

Os valores correspondentes as contingências classificadas como perda provável em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão registradas no passivo não circulante.

	<u>Trabalhistas</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.031.897
Adições	-
Baixas	719.838
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>312.059</u>
	<u>Cíveis</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	59.056
Adições	127.238
Baixas	(105.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	81.276
	<u>393.335</u>

b) Contingências classificadas como perda possível

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Processos trabalhistas	854.507	861.145
Processos cíveis	-	2.097.857
	<u>854.507</u>	<u>2.959.002</u>

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia era parte em ações de natureza trabalhista. Com base na avaliação de risco feita pelos seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisões no montante de R\$312.059 (R\$1.031.897 em 31 de dezembro de 2022) relativas aos processos classificados como perda provável para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte.

Adicionalmente, a Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. possui processos classificados como perda possível no montante de R\$ 854.507 (R\$861.145 em 31 de dezembro de 2022) cujos pleitos são ações, em sua maioria, movidas por ex-funcionários e os principais pedidos referem-se à jornada de trabalho, danos materiais e danos morais.

#### Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia era parte em ações de natureza cível. Com base na avaliação de risco feita pelos seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 81.276 (R\$59.056 em 31 de dezembro de 2022), relativas aos processos classificados como perda provável, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 84.811 (R\$2.097.857 em 31 de dezembro de 2022), classificados como perda possível.

#### 26. Seguros - Não auditado

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar ativos próprios, benfeitorias em propriedades de terceiros e negócios de eventuais sinistros, cujo total da cobertura de seguros é de R\$ 36.904.488,50 (R\$36.904.488,50 em 31 de dezembro de 2022) tendo como limite máximo de indenização de R\$35.144.488,50 (R\$37.724.488,50 em 31 de dezembro de 2022).

#### 27. Eventos subsequentes

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.

Diretor  
Rodrigo Fernandes Toledo

Diretora  
Roberta Faria

Eduardo Buzam Júnior  
Contador  
1SP243887/O-3

\*\*\*